CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELA - RS

ATA Nº 18/2026

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 18 horas e 30 minutos, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal de Saúde de Canela, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Saúde, para apreciação da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2027 e discussão de assuntos relacionados ao financiamento e à manutenção dos serviços públicos de saúde.

1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2027: Inicialmente, a representante do setor administrativo-financeiro da Secretaria Municipal de Saúde apresentou a proposta orçamentária para o exercício de 2027, esclarecendo que a previsão de receitas foi encaminhada pelo setor de Contabilidade do Município na semana anterior, havendo prazo reduzido para elaboração e devolução das informações. Informou que o valor disponibilizado para a Secretaria Municipal de Saúde na proposta da LOA é de R$ 77.508.911,11, inferior ao valor anteriormente apresentado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R$ 78.667.659,82, a qual havia sido apreciada pelo Conselho com ressalvas. Foi explicado que a redução decorre da revisão da previsão de arrecadação municipal e das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município.

Esclareceu-se que, apesar da insuficiência dos recursos, a previsão de aplicação municipal em saúde corresponde a aproximadamente 21% da receita considerada para fins de apuração do mínimo constitucional, percentual superior ao mínimo legal de 15%. Ressaltou-se, entretanto, que o cumprimento do percentual mínimo não significa que os recursos sejam suficientes para atender à demanda existente.

Foi apresentada planilha elaborada pela equipe financeira da Secretaria, demonstrando que, mesmo considerando a manutenção das reduções já realizadas em contratos e serviços, sem a inclusão dos repasses extraordinários ao Hospital de Caridade de Canela, seriam necessários aproximadamente R$ 84 milhões para custear as atividades da Secretaria em 2027. Para recompor os serviços e contemplar as necessidades assistenciais e financeiras, incluindo o aporte extraordinário ao Hospital, a estimativa apresentada foi de aproximadamente R$ 95 milhões.

Informou-se que, na distribuição mensal estimada do orçamento proposto, parcela significativa dos recursos será destinada à folha de pagamento e ao contrato do Hospital de Caridade de Canela, restando aproximadamente R$ 1,16 milhão por mês para as demais despesas da Secretaria, considerando o contrato hospitalar nos valores atuais, sem reajustes ou repasses extraordinários.

Também foi esclarecido que, do orçamento total de R$ 77,5 milhões, aproximadamente R$ 2 milhões são provenientes de operação de crédito FINISA, com destinação específica de R$ 1 milhão para a construção da nova Academia da Saúde e R$ 1 milhão para a conclusão da UBS Leodoro, não podendo esses recursos ser utilizados livremente para o custeio dos serviços. Dessa forma, o montante efetivamente disponível para as demais demandas da Secretaria é ainda menor.

2. IMPACTOS DA INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA NA REDE MUNICIPAL: Durante a discussão, foram apresentados os impactos das restrições financeiras sobre os serviços de saúde. A Secretaria informou que, desde março de 2026, vem adotando medidas de contingenciamento, com redução de contratos, agendas de atendimentos especializados, exames, serviços de fisioterapia e outras despesas. Ressaltou-se que, mesmo com essas medidas, permanecem dificuldades para manutenção dos serviços e aquisição de insumos essenciais.

Foi informado que a Secretaria realizou remanejamento de R$ 470.000,00 da folha de pagamento para aquisição de medicamentos, após redução temporária de despesas com pessoal, sendo destacado que a necessidade de reposição de profissionais poderá comprometer novamente o equilíbrio financeiro. Quanto à assistência farmacêutica, mencionou-se a priorização dos medicamentos considerados essenciais e a futura revisão da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), mediante avaliação técnica.

Foram relatadas dificuldades no atendimento de consultas especializadas, exames laboratoriais, ecografias, endoscopias e colonoscopias, com aumento dos períodos de espera. Informou-se que alguns procedimentos passaram a ser priorizados conforme critérios de urgência, diante da redução da capacidade de contratação. Também foi mencionada a crescente demanda assistencial decorrente do aumento populacional e da população flutuante do Município.

A Secretaria esclareceu que as agendas de determinados prestadores estão sendo programadas somente até novembro, buscando possibilitar o recebimento e processamento das notas fiscais dentro do exercício financeiro de 2026, diante do risco de insuficiência de disponibilidade financeira para pagamento de despesas.

Foi relatada, ainda, a existência de inconsistências na transmissão de informações dos sistemas municipais aos sistemas federais de saúde, com possibilidade de comprometimento dos indicadores e consequente redução de transferências federais. Destacou-se a necessidade de adequação dos cadastros e registros de produção, a fim de evitar perdas de recursos.

3. FINANCIAMENTO ESTADUAL E RESPONSABILIDADES DOS ENTES FEDERATIVOS: Os conselheiros manifestaram preocupação com a necessidade de maior participação financeira do Governo do Estado no custeio dos serviços de saúde, especialmente aqueles de média complexidade e os prestados pelo Hospital de Caridade de Canela.

Foi mencionado que o Conselho já havia registrado ressalvas e preocupações semelhantes quando da apreciação da LDO, sem que houvesse alteração suficiente do cenário orçamentário. Durante a discussão, foi defendida a adoção de medidas institucionais para solicitar maior aporte financeiro estadual, inclusive mediante articulação com os órgãos

competentes, considerando as responsabilidades compartilhadas pelo financiamento do Sistema Único de Saúde.

Os participantes destacaram que o apoio técnico do Estado, embora importante, não supre a necessidade de recursos financeiros para manutenção dos serviços hospitalares e especializados. Também foram discutidas as dificuldades relacionadas à dependência de emendas parlamentares e de programas específicos, cujos recursos possuem destinações vinculadas e nem sempre correspondem às necessidades prioritárias da rede municipal.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO HOSPITAL DE CARIDADE DE CANELA: A situação do Hospital de Caridade de Canela foi amplamente debatida, especialmente diante da elaboração do orçamento de 2027 e da necessidade de formalização de novo contrato de prestação de serviços.

Foi informado que a previsão orçamentária apresentada considera aproximadamente R$ 2,4 milhões mensais para o contrato hospitalar, sem contemplar a integralidade dos repasses extraordinários realizados no exercício de 2026. Ressaltou-se que a continuidade do atual modelo de financiamento poderá gerar dificuldades para a manutenção dos serviços e para o equilíbrio financeiro da instituição.

Durante a reunião, foram relatadas medidas de redução de despesas hospitalares, incluindo diminuição de profissionais médicos em determinados períodos, com possibilidade de aumento do tempo de espera e de prejuízos à capacidade de atendimento. Os participantes manifestaram preocupação com os impactos dessas medidas sobre a população, especialmente diante do aumento da demanda nos períodos de maior movimento turístico.

Também foram discutidas as condições estruturais do Hospital, com destaque para a necessidade de investimentos em reformas, instalações elétricas, hidráulicas e adequações de ambientes assistenciais. Ressaltou-se que a postergação das intervenções estruturais pode resultar em custos ainda maiores no futuro.

Foi retomada a discussão sobre a intervenção municipal no Hospital, iniciada em 2019, e sobre a previsão, no respectivo decreto, de constituição de comissão consultiva para acompanhamento da intervenção, mediante atuação do interventor e anuência do Prefeito Municipal. Registrou-se que, conforme informado pelos participantes, a comissão não foi constituída desde o início da intervenção. Foi destacada a importância de definir responsabilidades e mecanismos de acompanhamento das decisões administrativas e financeiras da instituição.

Durante o debate, foi defendida a necessidade de reavaliar o modelo de intervenção e buscar soluções conjuntas entre Município, Estado e demais órgãos competentes, inclusive mediante discussão de alternativas para a gestão e o financiamento hospitalar. Ressaltou-se que a continuidade dos serviços depende de planejamento financeiro, definição de responsabilidades e formalização de instrumentos contratuais adequados.

5. PROGRAMAS DE SAÚDE E RISCO DE PERDA DE RECURSOS: A Secretaria também apresentou preocupação com a manutenção de programas e serviços vinculados a

repasses estaduais e federais, cujas exigências de estrutura e composição das equipes precisam ser atendidas.

Foram mencionados o Programa Melhor em Casa, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a Saúde Prisional e a implantação de leitos psiquiátricos. Informou-se que a insuficiência de profissionais e de recursos para adequações estruturais pode comprometer o cumprimento dos requisitos exigidos pelos órgãos financiadores e ocasionar redução ou suspensão de repasses.

Em relação à Saúde Prisional, foi relatada a existência de pendências administrativas que vêm dificultando a regularização do financiamento, com referência a recursos mensais de aproximadamente R$ 50.000,00 que deixariam de ingressar enquanto não concluídos os procedimentos necessários. Também foram mencionadas dificuldades para implantação de serviços de saúde mental e adequação das equipes.

Quanto à UBS Leodoro, destacou-se a necessidade de planejamento para aquisição de mobiliário, equipamentos e contratação de profissionais, considerando a previsão de funcionamento de duas equipes de Saúde da Família após a conclusão da obra. Os participantes reforçaram a importância de prever os custos de implantação e manutenção das novas estruturas.

6. REPASSES EXTRAORDINÁRIOS, EMENDAS PARLAMENTARES E TRANSPARÊNCIA: Foram discutidas dificuldades relacionadas ao processamento e à liberação de repasses extraordinários ao Hospital, diante da situação financeira do Município. Informou-se que a tramitação de solicitações de recursos passou a envolver encaminhamentos ao Gabinete do Prefeito, em razão das restrições de disponibilidade financeira, gerando preocupação com o pagamento dos profissionais e a continuidade dos serviços.

Também foram abordadas novas exigências de transparência e prestação de contas para utilização de emendas parlamentares, incluindo a necessidade de disponibilização pública das informações relativas aos recursos recebidos e sua aplicação. Representantes do Hospital informaram que estão sendo realizados trabalhos de atualização de seus meios de comunicação e divulgação institucional, visando ao atendimento dessas exigências.

Os participantes destacaram a importância da articulação com parlamentares e demais instituições para captação de recursos, bem como a necessidade de que as emendas sejam direcionadas, sempre que possível, às prioridades assistenciais identificadas pela gestão. Foi reconhecida a contribuição de entidades da comunidade, especialmente do Rotary Club, em iniciativas de apoio ao Hospital, incluindo a obtenção de poltronas destinadas aos quartos e outras ações solidárias.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE A ATENÇÃO BÁSICA E O HOSPITAL: Durante a reunião, foi discutida a importância de aperfeiçoar a integração entre os sistemas de informação das unidades básicas de saúde e do Hospital, possibilitando maior compartilhamento de informações clínicas, resultados de exames e histórico de atendimentos dos pacientes.

Foi ressaltado que a integração dos prontuários poderia contribuir para evitar a repetição desnecessária de exames, melhorar a continuidade do cuidado e reduzir custos assistenciais. Entretanto, foram mencionadas dificuldades técnicas e financeiras para implantação de sistemas compatíveis.

Também foi destacada a necessidade de qualificação dos processos assistenciais e de maior integração entre os profissionais e serviços da rede, especialmente no que se refere à solicitação de exames, encaminhamentos e acompanhamento dos pacientes.

Os conselheiros destacaram a importância da atuação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) nos processos de regulação e na definição das prioridades de atendimento tanto na APS e na Média Complexidade.

8. DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA LOA 2027: Após os esclarecimentos e manifestações dos presentes, a proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2027 foi submetida à apreciação do Conselho Municipal de Saúde.

Considerando o cumprimento do percentual mínimo constitucional de aplicação de recursos municipais em saúde, mas reconhecendo a insuficiência do montante previsto para atender integralmente às necessidades da rede, o Conselho deliberou pela **APROVAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA COM RESSALVAS**.

Ficou expressamente registrada a preocupação do Conselho quanto à insuficiência dos recursos disponibilizados para 2027, à possibilidade de agravamento das filas de espera, à redução de atendimentos e procedimentos, à manutenção dos programas e serviços de saúde e à sustentabilidade financeira do Hospital de Caridade de Canela.

Também foi ressaltada a necessidade de buscar alternativas para ampliação do financiamento, especialmente mediante maior participação financeira do Governo do Estado, articulação institucional e captação de recursos complementares, sem prejuízo da continuidade das ações de acompanhamento e fiscalização pelo Conselho Municipal de Saúde.

9. ASSUNTOS GERAIS – CAMPANHA OUTUBRO ROSA: Em assuntos gerais, foi relatada a realização de ação de prevenção à saúde da mulher, organizada para moradoras do interior do Município, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, no contexto da campanha Outubro Rosa.

Foi informado que a Secretaria disponibilizou 30 vagas para realização de exames preventivos, as quais foram preenchidas em dois dias, tendo sido efetivamente atendidas 27 mulheres. A responsável pela mobilização agradeceu o apoio da Secretaria e destacou a importância de iniciativas específicas para a população do interior, considerando as dificuldades de deslocamento, agendamento e acesso aos serviços.

Os participantes reconheceram a relevância da ação e ressaltaram que a prevenção e o diagnóstico precoce contribuem para a promoção da saúde e para a redução de agravos e custos assistenciais. Também foi informado que, em razão das restrições financeiras, as atividades das campanhas de prevenção realizadas pela Secretaria em 2026 foram mais limitadas do que em anos anteriores, especialmente quanto à possibilidade de pagamento de horas extras e ampliação de ações educativas e exames.

10. DIFICULDADES DE ACESSO ÀS ESPECIALIDADES E TRANSPORTE DE PACIENTES: Ainda durante os assuntos gerais, foram discutidas dificuldades relacionadas à contratação de profissionais especialistas e ao encaminhamento de pacientes para atendimentos em outros municípios.

Foram mencionadas especialidades como reumatologia e fonoaudiologia, destacando-se que os valores de referência utilizados nos processos de contratação e credenciamento nem sempre são suficientes para atrair profissionais interessados em prestar serviços ao Município.

Os conselheiros observaram que a oferta de determinadas especialidades em Canela poderia reduzir despesas com transporte sanitário, combustível, disponibilidade de veículos e tempo de deslocamento de pacientes e acompanhantes. Também foi apontada a necessidade de aperfeiçoar a atualização dos cadastros e dos endereços dos usuários do SUS, diante de situações em que pessoas residentes em outros municípios continuam utilizando serviços vinculados a cadastros anteriores.

11. ENCERRAMENTO: Ao final, foi reforçada a preocupação do Conselho Municipal de Saúde com a situação financeira da rede pública municipal, a manutenção dos serviços essenciais e a necessidade de acompanhamento permanente da execução orçamentária de 2027. Os participantes destacaram a importância de prosseguir com as articulações para obtenção de recursos e de manter o Conselho informado sobre eventuais alterações que possam comprometer a assistência à população.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis.

Canela/RS, 19 de outubro de 2026.

Marta V. Batista

Marta Vaccari Batista

Presidente do Conselho Municipal de Saúde